

YESSINERGY HOLDING S.A. - CNPJ nº 10.855.778/0001-36

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas, o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2021 e as respectivas Demonstrações Contábeis, elaboradas nas formas da legislação vigente, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Colocamos-nos à disposição de V. Sas, para prestar-lhes os esclarecimentos eventualmente necessários.

Ativo	Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
	Nota	2021	2020	2019
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	4.136	15.909
Contas a receber	6	-	32.741	21.134
Estoques	7	-	50.879	38.795
Partes relacionadas	9	-	4.196	-
Adiantamento de fornecedores	-	-	90	16.280
Impostos e contribuições a recuperar	8	-	2.123	6.637
Aplicações financeiras vinculadas	10	-	1.118	-
Outras contas a receber	13	9	3.052	735
	13	11	108.529	84.580
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Impostos e contribuições a recuperar	8	-	1.558	7.085
Partes relacionadas	9	-	1.213	83
Dividendos distribuídos antecipadamente	9	-	440	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	-	5.704	6.037
Outras contas a receber	-	-	83	920
Aplicações financeiras vinculadas	10	-	1.978	2.080
	-	-	1.213	9.846
	-	-	9.846	16.255
Investimentos em controladas				
Imobilizável	12	-	70.300	63.368
Intangível	13	122	136	13.264
Direito de uso	14	-	1.333	243
	-	-	95.373	97.706
	-	-	94.743	92.666

Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
	Nota	2021	2020	2019
Fornecedores	16	10	42	8.135
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	53.347
Salários e encargos sociais	17	-	-	5.785
Impostos e contribuições a recolher	18	-	1	62
Adiantamentos de clientes	-	-	-	139
Partes relacionadas	9	5	10.474	-
Outras contas a pagar	-	-	-	2.066
Contas a pagar pela aquisição investimento	13.1	-	-	1.121
Passivo de arrendamento	14	-	-	583
	-	-	-	15.107
	-	-	-	10.517
	-	-	-	71.238
	-	-	-	55.915
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	27.262
Impostos e contribuições a recolher	18	-	-	78
Provisão para contingências	19	-	-	731
Passivo de arrendamento	14	-	-	964
Outras contas a pagar	-	-	-	1.006
Contas a pagar pela aquisição investimento	13.1	-	-	7.806
	-	-	-	36.663
	-	-	-	34.131
	-	-	-	15.107
	-	-	-	107.901
	-	-	-	90.046
Total do passivo				
Patrimônio líquido				
Capital social	20	46.802	46.802	46.802
Capital a integralizar	20	-	(202)	-
Reserva de capital	20	37.131	37.131	37.131
Reserva legal	20	572	174	571
Reserva de lucros	20	10.866	3.295	10.866
	-	-	-	95.371
	-	-	-	87.200
	-	-	-	95.386
	-	-	-	97.717
	-	-	-	203.272
	-	-	-	177.246

Capital social	Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
	Nota	Subscrito	Reserva de capital	Reserva legal
Saldo em 1º de janeiro de 2020		46.802	(202)	-
Aumento capital	20	2	(2)	-
Redução de reserva de capital	20	-	(3.337)	-
Constituição de reserva legal	20	-	-	174
Constituição de reserva lucros	20	-	-	3.295
Lucro do exercício	-	-	-	3.469
Dividendos retificados em Ata	20	-	213	-
Distribuição de dividendos	20	-	(778)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		46.802	(202)	174
Integralização do capital	20	-	(202)	-
Constituição de reserva legal	20	-	-	398
Constituição de reserva de lucros	20	-	-	7.571
Lucro do exercício	20	-	-	7.969
Saldo em 31 de dezembro de 2021		46.802	-	572
		-	-	10.866
		-	-	95.371

Notas explicativas da diretoria às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: 1.1. Informações gerais: A YesSinerergy Holding S.A. ("Companhia"), com sede em Campinas, tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. A Companhia possui o controle societário das empresas YesSinerergy do Brasil Agroindustrial Ltda. ("Yes Agro"), com sede em Campinas, estado de São Paulo, e que tem como atividade preponderante a industrialização, comercialização, importação e exportação de aditivos, suplementos, insumos, leveduras processadas e para fermentação e seus derivados destinados para alimentação animal, bem como da YesSinerergy México ("Yes México"), com sede na Cidade do México, México. Fundada em março de 2020, a filial foi constituída em sinergia com o plano de expansão e estratégia da Companhia, visando conquistar o mercado na América do Norte, possui como atividade preponderante a comercialização, importação de aditivos, suplementos, insumos, leveduras processadas e seus derivados destinados à alimentação animal. **1.2. Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras:** Em razão da pandemia no mundo e das medidas adotadas pelo Brasil e demais países, a YesSinerergy do Brasil Agroindustrial Ltda. ("Yes Agro") e a YesSinerergy México ("Yes México") foram impactadas de diversas formas pelo mundo, a Companhia adotou medidas de prevenção, reformulou processos e implantou programas de orientação, visando a segurança e bem-estar dos clientes, fornecedores, colaboradores, parceiros de negócios e demais grupos de relacionamento direto e indireto da Companhia. A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais novas restrições impostas pelos governos e outros possíveis desdobramentos nos países em que o Grupo atua. Neste cenário a Companhia continua monitorando os impactos do novo Coronavírus (COVID 19) em suas atividades operacionais e financeiras, e até a data de finalização dessas demonstrações financeiras não identificou impactos relevantes a serem divulgados, bem como não identificou indícios que impliquem em mudanças na aplicação das políticas contábeis ou na avaliação das estimativas e julgamentos contábeis críticos. A diretoria acredita que os eventos ou condições atuais não lançam dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia continuar operando. O pressuposto de continuidade é apropriado como base para a preparação das demonstrações financeiras.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da diretoria da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Uma descrição dessas estimativas e julgamentos está divulgado na Nota 3. A emissão de demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. **2.2. Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.3. Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.4. Consolidação:** (a) **Demonstrações financeiras consolidadas:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. (b) **Controlada:** Controlada é toda entidade na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a partir da data em que ocorrem. **2.5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base na moeda funcional e moeda de apresentação. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. **2.7. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021. A adoção dessas normas pela Companhia não teve impactos relevantes nas demonstrações financeiras. • Reforma da IFRS: alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 – "Instrumentos Financeiros". • Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao CPC 06(R2) "Arrendamentos". Não há outras normas CPCs ou interpretações CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **3. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, conforme determina as práticas contábeis aplicáveis. **3.1. Julgamento:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. (a) **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. (b) **Provisão para contingências:** A Companhia e suas controladas são parte envolvida em processos trabalhistas, civis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências são feitas para a melhor estimativa de prováveis decorentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da diretoria, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. (c) **Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizável:** A Companhia e suas controladas, revisam, anualmente, se há indícios de mudanças nas vidas úteis de seus ativos. (d) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida com base em uma análise individual dos clientes, levando em consideração os riscos de realização dos recebíveis. A provisão constituída é considerada suficiente pela diretoria para cobrir as perdas dos recebíveis de difícil realização. A realização desses ativos, cujos valores estão descritos na Nota 6, em alguns casos requer negociações e tempo por parte da Companhia. **3.2. Estimativas e premissas contábeis críticas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a diretoria faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados nos ativos, passivos, receitas e despesas. Contudo, a incerteza relativa a essas julgamentos, premissas e estimativas pode levar a resultados que sejam diferentes dos valores contábeis de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, para o próximo exercício social refere-se a perda (impairment) do ativo (Nota 4.8). Anualmente, a Companhia e suas controladas testam eventuais perdas (impairment) no ativo, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 4.8. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. **3.3. Mensuração do valor justo:** A Companhia e suas controladas apresentam os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações por nível como segue: • Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos e passivos idênticos. • Nível 2 – informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preço) ou indiretamente (ou seja, derivados dos dados observáveis pelo mercado) (ou seja, premissas não observáveis). A determinação do valor justo ("fair value") dos instrumentos financeiros controlados pela Companhia e suas controladas é efetuada com base em informações obtidas junto as instituições financeiras e preço cotado em mercado ativo, utilizando metodologia usual padrão de precificação no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro. A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidências objetivas de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima do seu valor recuperável. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, especialmente considerando valor e natureza. Os instrumentos financeiros são mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia. Não houve transferência entre o nível 1 e 2 durante o exercício. **4. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, tem sido aplicadas de maneira consistente e todas as exceções apresentadas nessas demonstrações financeiras. **4.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado do líquido do saldo de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **4.2. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment"). A qualidade do crédito de dois ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired é avaliada mediante referências às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela diretoria para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vendidos e a vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a diretoria mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes. **4.3. Estoques:** Os estoques de matérias-primas são avaliados pelo custo de aquisição, líquido dos

impostos compensáveis, quando aplicáveis e os produtos em elaboração e acabados são avaliados pelo custo médio de fabricação, que não excedem o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos, quando aplicáveis, são constituídas em montante considerado suficiente pela diretoria para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. **4.4. Investimentos:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras da controladora. **4.5. Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição de formação ou construção, e reduzidos ao valor de recuperação dos ativos, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas e imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base nas taxas fiscais pelo método linear, exceto para terrenos e construções em andamento. Os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica estimada dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil econômica dos ativos e os itens que se desgastam durante a safra são reconhecidos como despesas quando realizados. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução ao valor de realização dos ativos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado líquido. **4.6. Provisão para contingências:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. (b) **Provisão para contingências:** A Companhia e suas controladas são parte envolvida em processos trabalhistas, civis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências são feitas para a melhor estimativa de prováveis decorentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da diretoria, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. (c) **Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizável:** A Companhia e suas controladas, revisam, anualmente, se há indícios de mudanças nas vidas úteis de seus ativos. (d) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida com base em uma análise individual dos clientes, levando em consideração os riscos de realização dos recebíveis. A provisão constituída é considerada suficiente pela diretoria para cobrir as perdas dos recebíveis de difícil realização. A realização desses ativos, cujos valores estão descritos na Nota 6, em alguns casos requer negociações e tempo por parte da Companhia. **3.2. Estimativas e premissas contábeis críticas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a diretoria faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados nos ativos, passivos, receitas e despesas. Contudo, a incerteza relativa a essas julgamentos, premissas e estimativas pode levar a resultados que sejam diferentes dos valores contábeis de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, para o próximo exercício social refere-se a perda (impairment) do ativo (Nota 4.8). Anualmente, a Companhia e suas controladas testam eventuais perdas (impairment) no ativo, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 4.8. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. **3.3. Mensuração do valor justo:** A Companhia e suas controladas apresentam os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações por nível como segue: • Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos e passivos idênticos. • Nível 2 – informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preço) ou indiretamente (ou seja, derivados dos dados observáveis pelo mercado) (ou seja, premissas não observáveis). A determinação do valor justo ("fair value") dos instrumentos financeiros controlados pela Companhia e suas controladas é efetuada com base em informações obtidas junto as instituições financeiras e preço cotado em mercado ativo, utilizando metodologia usual padrão de precificação no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro. A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidências objetivas de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima do seu valor recuperável. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, especialmente considerando valor e natureza. Os instrumentos financeiros são mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia. Não houve transferência entre o nível 1 e 2 durante o exercício. **4. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, tem sido aplicadas de maneira consistente e todas as exceções apresentadas nessas demonstrações financeiras. **4.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado do líquido do saldo de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **4.2. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment"). A qualidade do crédito de dois ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired é avaliada mediante referências às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela diretoria para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vendidos e a vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a diretoria mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes. **4.3. Estoques:** Os estoques de matérias-primas são avaliados pelo custo de aquisição, líquido dos

impostos compensáveis, quando aplicáveis e os produtos em elaboração e acabados são avaliados pelo custo médio de fabricação, que não excedem o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos, quando aplicáveis, são constituídas em montante considerado suficiente pela diretoria para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. **4.4. Investimentos:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras da controladora. **4.5. Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição de formação ou construção, e reduzidos ao valor de recuperação dos ativos, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas e imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base nas taxas fiscais pelo método linear, exceto para terrenos e construções em andamento. Os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica estimada dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil econômica dos ativos e os itens que se desgastam durante a safra são reconhecidos como despesas quando realizados. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução ao valor de realização dos ativos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado líquido. **4.6. Provisão para contingências:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. (b) **Provisão para contingências:** A Companhia e suas controladas são parte envolvida em processos trabalhistas, civis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências são feitas para a melhor estimativa de prováveis decorentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da diretoria, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. (c) **Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizável:** A Companhia e suas controladas, revisam, anualmente, se há indícios de mudanças nas vidas úteis de seus ativos. (d) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida com base em uma análise individual dos clientes, levando em consideração os riscos de realização dos recebíveis. A provisão constituída é considerada suficiente pela diretoria para cobrir as perdas dos recebíveis de difícil realização. A realização desses ativos, cujos valores estão descritos na Nota 6, em alguns casos requer negociações e tempo por parte da Companhia. **3.2. Estimativas e premissas contábeis críticas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a diretoria faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados nos ativos, passivos, receitas e despesas. Contudo, a incerteza relativa a essas julgamentos, premissas e estimativas pode levar a resultados que sejam diferentes dos valores contábeis de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, para o próximo exercício social refere-se a perda (impairment) do ativo (Nota 4.8). Anualmente, a Companhia e suas controladas testam eventuais perdas (impairment) no ativo, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 4.8. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. **3.3. Mensuração do valor justo:** A Companhia e suas controladas apresentam os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações por nível como segue: • Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos e passivos idênticos. • Nível 2 – informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preço) ou indiretamente (ou seja, derivados dos dados observáveis pelo mercado) (ou seja, premissas não observáveis). A determinação do valor justo ("fair value") dos instrumentos financeiros controlados pela Companhia e suas controladas é efetuada com base em informações obtidas junto as instituições financeiras e preço cotado em mercado ativo, utilizando metodologia usual padrão de precificação no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro. A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidências objetivas de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima do seu valor recuperável. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, especialmente considerando valor e natureza. Os instrumentos financeiros são mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia. Não houve transferência entre o nível 1 e 2 durante o exercício. **4. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, tem sido aplicadas de maneira consistente e todas as exceções apresentadas nessas demonstrações financeiras. **4.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado do líquido do saldo de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **4.2. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment"). A qualidade do crédito de dois ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired é avaliada mediante referências às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela diretoria para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vendidos e a vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a diretoria mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes. **4.3. Estoques:** Os estoques de matérias-primas são avaliados pelo custo de aquisição, líquido dos

impostos compensáveis, quando aplicáveis e os produtos em elaboração e acabados são avaliados pelo custo médio de fabricação, que não excedem o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos, quando aplicáveis, são constituídas em montante considerado suficiente pela diretoria para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. **4.4. Investimentos:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras da controladora. **4.5. Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição de formação ou construção, e reduzidos ao valor de recuperação dos ativos, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas e imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base nas taxas fiscais pelo método linear, exceto para terrenos e construções em andamento. Os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica estimada dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil econômica dos ativos e os itens que se desgastam durante a safra são reconhecidos como despesas quando realizados. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução ao valor de realização dos ativos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado líquido. **4.6. Provisão para contingências:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. (b) **Provisão para contingências:** A Companhia e suas controladas são parte envolvida em processos trabalhistas, civis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências são feitas para a melhor estimativa de prováveis decorentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da diretoria, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. (c) **Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizável:** A Companhia e suas controladas, revisam, anualmente, se há indícios de mudanças nas vidas úteis de seus ativos. (d) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:**

YESSINERGY HOLDING S.A. - CNPJ Nº 10.855.778/0001-36

Notas explicativas da diretoria às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

... continuação

13.1. Ágio: Refere-se ao ágio gerado na combinação de negócios decorrente da aquisição de participação societária integral da empresa Proyest Indústria de Produtos para Alimentação e Saúde Animal S.A. ("Proyest"), pela controlada Yes Agro. A aquisição foi concretizada em 31 de janeiro de 2017, com base nos termos do contrato de compra firmado em 8 de julho de 2016, pelo preço de R\$ 18.905 a ser liquidado nas seguintes condições:

- R\$ 10.675 refere-se a parcela fixa, paga a vista.
- R\$ 8.230, refere-se a somatório das parcelas R\$ 800 ao ano, pelo prazo de 15 anos, corrigidas pelo IPCA, as quais estão condicionadas ao fornecimento mínimo de 3.600 horas efetivas de energia e valor dentro do ano saíra por parte dos antigos acionistas da Proyest. A diretoria em seu melhor entendimento julga que as condições para o pagamento da referida obrigação serão atendidas. O saldo remanescente a pagar em 31 de dezembro de 2021, está registrado na rubrica de outras contas a pagar no passivo circulante e não circulante da controlada Yes Agro pelos montantes de R\$ 1.121 (2020 – R\$ 800) e R\$ 7.806 (2020 – R\$ 8.853), respectivamente. Do valor total pago pela aquisição de negócios, R\$ 10.520 foram atribuídos ao ágio decorrente da rentabilidade futura do negócio.

13.2. Testes do ágio para verificação de impairment: Ao determinar a data base para realização do teste anual de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro, a Companhia utilizou as seguintes premissas:

- A Companhia efetuou o teste de redução ao valor recuperável de ativos baseado no seu valor em uso que foi determinado com base nas projeções de fluxo de caixa descontado, conforme o nível de alocação dos ágios e ativos intangíveis aos grupos de unidades geradoras de caixa.
- A unidade geradora de caixa considerada é representada pelas operações consolidadas do Grupo, em virtude da sinergia de operações entre os sites produtivos localizados em Borá e Lucélia, além do know-how de comercialização dos produtos em território nacional e internacional. A diretoria entende que o ágio resultante da aquisição de controladas beneficia as operações do Grupo como um todo, frente a impossibilidade de alocação de valor entre a UGCs, senão por critério arbitrário (Nota 4.8).
- Margem bruta: Para a apuração da margem foram considerados os planos de expansão de acordo com o plano de negócios da Companhia, baseadas nos históricos e projeções, curvas de câmbio, mudança nos preços e ganhos de sinergia nas operações;
- Taxas de crescimento: As taxas de crescimento consideraram o horizonte de 5 anos, levando em consideração a abertura de novos mercados, nacionais e internacionais, o ganho no preço de venda ao consumidor, a variação da moeda para as vendas no mercado externo e a capacidade produtivas das unidades fabris;
- Atualização dos custos e despesas: Atualização dos custos e despesas baseados em dados históricos e projeções macroeconômicas disponíveis na data do teste, como por exemplo a inflação (IGP-M e IPCA).
- A projeção do fluxo de caixa contemplou o período de 5 anos e as taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis da data do teste;
- Do montante resultante dessa projeção foi descontado ao valor presente pelo WACC de 16,19% (2020 - 16,34%) – (Considerando que não há efeitos relevantes de impostos diferidos no balanço da Companhia);
- Com base nas análises da diretoria, efetuadas em 31 de dezembro de 2021, não foram identificadas perdas do valor contábil do ativo.

14. Direito de uso (Consolidado): (a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial: O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	2021	2020
Ativos de direito de uso		
Edifícios e Construções	1.022	243
Computadores e periféricos	311	-
	1.333	243
Passivos de arrendamento	1.447	232
Circulante	583	50
Não circulante	864	182

(b) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado: A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	2021	2020
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso		
Edifícios e Construções	(447)	(224)
Computadores e periféricos	(228)	-
	(675)	(224)
Despesas com juros	(111)	(31)
	(111)	(31)

Ativos de direito de uso: A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	243	467
Adição por novos contratos	1.764	-
Baixas de contratos por encerramento	(138)	-
Despesa de depreciação	(675)	(224)
Baixa de despesa de depreciação por encerramento de contrato	139	-
	1.333	243

Passivos de arrendamento: A movimentação de saldos dos passivos de arrendamentos é apresentada no quadro abaixo:

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	232	489
Juros provisionados	111	31
Juros pagos	(111)	(31)
Adição por novos contratos	1.764	-
Pagamentos	(549)	(257)
	1.447	232

Maturidade dos contratos

Vencimento das prestações	2021	2020
Menos de 1 ano	804	196
Entre 1 e 2 anos	582	101
Entre 2 e 5 anos	373	-
Valores não descontados	1.759	297
Juros embutidos	(312)	(65)
Saldo em 31 de dezembro	1.447	232

15. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Modalidade	Remuneração % (a.a.)	2021	2020
Em moeda estrangeira:			
ACC	Varição do dólar americano + 5,15% a 7,32%	20.053	10.470
ACE	Varição do dólar americano + 6,3% a 7,25%	5.851	3.272
FRN	Varição do dólar americano + CDI 5,5%	7.137	-

Em moeda nacional:	2021	2020	
Capital de giro	Pós-fixado CDI + 4,65% a 8,86%	26.536	21.852
Capital de giro	Pós-fixado Selic + 6,67%	1.922	2.504
Capital de giro	Prefixado 9,51% a 18,72%	17.779	19.277
CDIC	11,62% a 19,65%	453	17
FINAME	TLP + 5,6% à IPCA + 9,1% a 10,4%	878	1.679

Circulante (53.347) (36.361)
Não circulante (27.262) (22.710)

Em 2021, a Companhia captou novos empréstimos no valor de R\$ 51.784 para fazer frente a necessidade de capital de giro devido as aquisições de imobilizado, aumento dos estoques e contas a receber mercado externo, do qual possui maior prazo de pagamento. Para os empréstimos e financiamentos foram oferecidas garantias por alienação fiduciária de máquinas, cessão de créditos e aval da controladora. Os contratos de FINAME possuem ativos (máquinas) em alienação fiduciária, cujos valores residuais dos principais ativos dados em garantia em 31 de dezembro de 2021 totalizam R\$ 741 mil. **15.1. Garantias:** As garantias existentes para empréstimos e financiamento são apresentadas a seguir:

	2021	2020
Alienação fiduciária e c/aval dos acionistas	878	1.696
Aplicação vinculada e c/aval dos acionistas	3.739	4.011
Duplicata e c/aval dos acionistas+ 30% aplicação + nota promissória	45.287	36.081
Nota promissória e aval	22.118	14.750
Sem garantia	8.588	2.532
	80.609	59.071

15.2. Compromissos ("covenants"): Os empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas, nesta data, não possuem contratos contendo cláusulas de restrições financeiras (covenants), não estando sujeitas a vencimentos antecipados.

15.3. Movimentação da dívida líquida

	Empréstimos bancários	Caixa e equivalentes a aplicações vinculadas	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2020	26.287	(8.012)	18.275
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Obtenção de empréstimos	60.948	-	60.948
Pagamento de empréstimos	(31.089)	-	(31.089)

...continuação

	Empréstimos bancários	Caixa e equivalentes a aplicações vinculadas	Dívida líquida
Pagamento de juros	(2.800)	-	(2.800)
Variáveis monetárias/cambiais	3.105	-	3.105
Caixa e equivalentes de caixa gerado	-	(9.977)	(9.977)
Movimentos que não afetaram o fluxo de caixa			
Juros provisionados	2.620	-	2.620
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2021	59.071	(17.989)	41.082
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Obtenção de empréstimos	51.784	-	51.784
Pagamento de empréstimos	(32.532)	-	(32.532)
Pagamento de juros	(5.799)	-	(5.799)
Variáveis monetárias/cambiais	1.263	-	1.263
Caixa e equivalentes de caixa gerado	-	10.757	(10.757)
Movimentos que não afetaram o fluxo de caixa			
Juros provisionados	6.822	-	6.822
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2021	80.609	(7.232)	73.377

O passivo de arrendamento não compõe a movimentação da dívida líquida, está apresentado na Nota 14.

16. Fornecedores (Consolidado): Em 31 de dezembro de 2021, os saldos em aberto na cédula de fornecedores, no montante de R\$ 8.135 (2020 – R\$ 9.418) são provenientes principalmente de fornecedores de matéria-prima no mercado nacional.

17. Salários e encargos sociais (Consolidado)	2021	2020
Salários e ordenados		
Provisão para férias e encargos INSS a recolher	2.120	1.669
FGTS a recolher	477	384
Provisão para participação no resultado	2.656	3.500
Bônus de retenção	-	509
Outros	359	259
	5.785	6.468

18. Impostos e contribuições a recolher (Consolidado)	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social	-	1.155
Impostos retidos a recolher	59	71
Outros	3	105
	62	1.331
	(62)	(1.253)
	-	(78)

Passivo circulante não circulante

19. Provisão para contingências: A Companhia e suas controladas são parte em processos trabalhistas, fiscais e cíveis e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas, registradas e atualizadas pela diretoria, amparada pela opinião de consultores legais externos, para as causas classificadas como de risco de perda provável. Em 31 de dezembro de 2021, os processos classificados com risco de perda provável somavam R\$ 731 (2020 – R\$ 1.302). Em 31 de dezembro de 2021, existem processos judiciais trabalhistas e tributários contra a Companhia e suas controladas cuja probabilidade de perda é considerada possível. Os montantes são de R\$ 1.891 (2020- R\$ 456) e nenhuma provisão foi registrada considerando o risco de perda dos processos. Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevisíveis em sua interpretação. Também podem existir obrigações de natureza trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela diretoria do Grupo. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais, a diretoria do Grupo é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas pelo Grupo têm sido pagas ou provisionadas adequadamente e, em 31 de dezembro de 2020, não eram conhecidas ações de vulto formalizadas contra o Grupo que implicassem a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas.

20. Patrimônio líquido: 20.1. Capital social. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito é de R\$ 46.802 (2020 - R\$ 46.802), representado por 1.013.064 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (2020 – 1.013.064) e 10.136 ações preferenciais (2020 – 10.136), divididas em: a) 3.307 ações preferenciais classe A; b) 1.150 ações preferenciais classe B; c) 187 ações preferenciais classe C; d) 168 ações preferenciais classe D; e) 5.188 ações preferenciais classe E; f) 136 ações preferenciais classe H; e g) 1.013.064 ações ordinárias. As ações preferenciais de A, B, C, D e E são nominativas e com valor nominal unitário de R\$ 1,20 (um real e vinte centavos), enquanto as ações preferenciais H não tem valor nominal. No exercício de 2020 e de 2021 ocorreram as seguintes alterações no patrimônio líquido da Companhia, aprovadas pelos acionistas em Assembleias Gerais Extraordinárias: (i) Em 2020 a Companhia reconheceu a retificação dos valores de dividendos pagos antecipadamente através da AGE datada de 22 de março de 2019, aprovada pelos acionistas a redução de reserva de capital no valor de R\$ 213, destinado a retificação dos valores de dividendos distribuídos conforme Ata da AGE datada de 30 de novembro de 2018, passando a distribuição de R\$ 6.794 para R\$ 6.581; (ii) Em 24 de julho de 2020, ocorreu a absorção do prejuízo acumulado do exercício de 2019 através da redução da reserva de capital no valor de R\$ 3.337; (iii) Em 29 de outubro de 2020, os acionistas aprovam por meio de AGE o aumento de capital social no montante de R\$ 2, passando o capital social para R\$ 46.802, integralizados em moeda corrente, representados pela emissão de 2 ações ordinárias nominativas, sendo 1 ação preferencial classe Q, pelo valor nominal de R\$ 0,8 e 1 ação preferencial classe R, pelo valor nominal de R\$ 1,2; e; (iv) Em 30 de outubro de 2020, os acionistas aprovaram por meio de AGE a redução de reserva de capital no valor de R\$ 778, destinados a distribuição de dividendos das ações preferenciais de classes Q e R, nos termos do artigo 200, da Lei 6.404/1976. A redução deliberada nesta assembleia, se tornou efetiva 60 dias após a publicação da respectiva ata, conforme artigo 174 desta mesma Lei. (v) Em 15 de abril de 2021 ocorreu a integralização de capital em moeda corrente, no valor de R\$ 202. (vi) Em 21 de junho de 2021, os acionistas aprovaram por meio de AGO a destinação dos lucros relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 3.469, sendo distribuído da seguinte forma: R\$ 174 destinados à constituição da reserva legal e R\$ 3.295 destinados à reserva de lucros da Companhia. Na mesma data, os acionistas, por unanimidade, resolveram pela renúncia e não distribuição dos dividendos relativos às ações preferenciais classes A, B, C, D e E, conforme previstos no artigo 18, parágrafo terceiro, do estatuto social da Companhia. **20.2. Destinação dos resultados:** O lucro líquido do exercício, após compensação de prejuízos acumulados, terá a seguinte destinação, conforme determina o estatuto social:

- 5% para reserva legal, até atingir o montante de 20% do capital social.
- Dividendos mínimos obrigatórios de 5% sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente;
- O saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, transferido para a reserva de lucros e à disposição da Assembleia, após atendidas as disposições legais, poderá ser retido ou distribuído total ou parcialmente, de acordo com a decisão dos acionistas, observado o quórum de deliberação previsto neste Estatuto Social. Conforme previsto no estatuto da Companhia, o dividendo fixo anual dos acionistas detentores de ações preferenciais classes A, B, C, D e E, somente será devido se a Companhia apurar lucro líquido ao final do exercício social em questão. Dessa forma, caso seja apurado o lucro líquido no exercício, faz-se primeiro a destinação dos dividendos fixos aos acionistas preferenciais supracitados, conforme valores estabelecidos no estatuto. Em caso de não existência de lucro líquido, a Companhia, poderá, no termo da Lei das S.A., utilizar as reservas de capital para pagamento do dividendo fixo, sendo que este pagamento não é uma obrigação perante o acionista. A decisão de fazer qualquer destinação de dividendo fixo por meio da reserva de lucros ou reservas de capital deverá ser deliberada em Assembleia Geral para posteriores impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. **20.3. Lucro por ação (básico e diluído).** O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui ações ordinárias com potencial efeito diluidor.

	2021	2020
Lucro do exercício	7.969	3.469
Quantidade média de ações ordinárias em circulação - em milhares	1.013	1.013
Quantidade média de ações preferenciais em circulação - em milhares	10	10
Lucro básico e diluído por ação (em Reais)	7,79	3,39

20.4. Opções de compra de ações: Em 28 de novembro de 2016 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, o Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano"), um plano de remuneração a diretoria e empregados da Companhia por meio de opção de compra de ações (stock options). As opções do plano de emissão pela Companhia, confere aos seus beneficiários o direito de aquisição de ações preferenciais classe "F", nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, com prioridade na distribuição de dividendo fixo não cumulativo em valor pré-determinado, se apurado lucro contábil e aprovação na Assembleia Geral Ordinária. No plano da Companhia está previsto que os beneficiários poderão exercer o seu direito sobre as opções outorgadas em 2 parcelas, temporal ou performance, conforme estabelecido no contrato de outorga de cada beneficiário. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía onze contratos de outorgas de opções que

contemplam o direito de compra de 26.477 ações, por meio de contratos individuais da Companhia e seus colaboradores. O valor desse instrumento patrimonial é de R\$ 1.098.

21. Receitas (Consolidado)	2021	2020
Vendas de produtos	169.665	117.879
Vendas de resíduos industriais	2.818	-
Vendas canceladas e outras deduções	(4.231)	(2.738)
Impostos sobre vendas	(11.524)	(7.636)
Recarga líquida de vendas	156.728	107.504
22. Custos e despesas por natureza (Consolidado): A demonstração de resultado da Companhia e suas controladas é classificada por função. A reconciliação por natureza/finalidade conforme requerido pelas práticas contábeis é como segue:		
	2021	2020
Consumo de matéria-prima e insumos	(57.110)	(33.436)
Salários, encargos e benefícios	(30.964)	(27.430)
Serviços de terceiros	(13.466)	(9.133)
Depreciação e amortização	(7.818)	(5.405)
Fretes sobre vendas	(5.534)	(3.203)
Comissões de vendas	(5.295)	(3.820)
Energia elétrica	(4.219)	(2.441)
Material de uso e consumo	(2.960)	(1.822)
Gastos com manutenções	(2.438)	(1.486)
Outros custos e despesas	(1.690)	(1.709)
Outros fretes	(1.536)	(997)
Despesas com locações	(1.316)	(1.170)
Viagens e estadias	(809)	(1.052)
Despesas com telefonia e internet	(490)	(429)
Propaganda e publicidade	(449)	(553)
Despesas com seguros	(422)	(398)
Aluguéis e arrendamentos	(330)	(120)
Taxas e tributos	(271)	(453)
Ferias e eventos	(151)	(412)
Provisão para créditos com liquidação duvidosa	(90)	(487)
Provisão/ reversão de contingências	571	(1.302)
	(136.786)	(97.258)

Classificados como:	2021	2020
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(94.764)	(60.430)
Despesa com vendas	(26.298)	(19.920)
Despesas gerais e administrativas	(16.795)	(17.789)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.070	882
	(136.786)	(97.257)

23. Resultado financeiro (Consolidado)	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	419	55
Outras receitas financeiras	292	202
	711	257

Despesas financeiras	2021	2020
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(6.822)	(2.620)
Outras despesas financeiras	(3.564)	(3.236)
	(10.386)	(5.856)

Varição cambial	2021	2020
Varição positiva	12.083	12.504
Varição negativa	(11.554)	(12.263)
	529	241
	(9.146)	(5.358)

24. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	Controladora	Consolidado
	2021	2020
Lucro antes dos impostos	7.969	3.469
Alíquota nominal	34%	34%
Impostos a alíquota nominal	(2.709)	(1.179)
Efeito da tributação sobre: Resultado de equivalência patrimonial	2.816	1.310
Outros	(107)	(131)
Despesas com imposto de renda e contribuição social	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-
	-	-
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0%	0%
	26%	29%

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. Diante das projeções já aprovadas pela diretoria da Companhia o total dos ativos de impostos diferidos serão compensados após 12 meses, conforme expectativa abaixo:

Ano de realização	2022	2023
	2.035	1.221
	3.256	-

Composição do saldo e resultado do imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Saldos em 31 de dezembro	Resultado do exercício
	2021	2020
	2021	2020
	2021	